



Assembleia Municipal

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2004

Quarta acta

Ao vigésimo sexto dia do mês de Abril do ano de dois mil e quatro, reuniu em sessão extraordinária, pelas 21.15 horas, a Assembleia Municipal de Albufeira, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Albufeira, por convocatória de catorze de Abril e aditamento de vinte de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO PRIMEIRO: Correção pontual de redacção do artigo 13.º dos Estatutos da Grande Área Metropolitana do Algarve; -----

PONTO SEGUNDO: Votação e eleição dos membros da Assembleia Metropolitana do Algarve; -----

PONTO TERCEIRO: Aprovação das actas das sessões, de 22/12/2003 com continuação em 08/01/2004 e de 26/02/2004; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da Integração do Município de Albufeira na Agência de Promoção de Albufeira, nos termos da alínea I) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Concurso Público para Prestação de Serviços de Seguros pelo Período de 4 anos, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do Art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Concurso Público para Fornecimento de Equipamento de Iluminação de Natal em Regime de Aluguer, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do Art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho. -----

PRESENCAS: Feita a chamada verificou-se estarem presentes os membros, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Francisco João Magalhães Calhau, Carlos Duarte Vieira Gabriel, José Manuel Bota Sequeira, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Carlos Sérgio Freire Quintino, Fernando José dos Santos Anastácio, Fernando Cabrita Neves, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves e Vítor José Correia Maria Vieira. -----

Procedeu-se à chamada dos Presidentes das Juntas de Freguesia, verificando-se as presenças de: Helder de Sousa (Albufeira), Francisco Guerreiro (Paderne), José Paulo Aboim (Guia) e Fernando Gregório (Ferreiras).-----

Os membros, Helder José Coelho Guerreiro, Miguel Alexandre Correia Mesquita e Adolfo Miguel Gregório, chegaram sucessivamente pelas 21.19h, 21.20h e 21.30h. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara e dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo e Ana Vidigal, e não permanência, Vitor Clemente e Carlos Lima.-----

FALTAS: Vítor José Cabrita Neto, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, António Paulo

Martins dos Santos, Francisco José Pereira Oliveira e Berto Palma, Presidente de Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Vítor Neto, Francelina Lourenço, António Santos e Maria Fernanda Rodrigues, foi verificada a legitimidade e identidade dos membros imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Aníbal Afonso de Sousa, Manuel dos Anjos Meirinho e Adolfo Miguel Gregório. -----

O Presidente da Assembleia dá início à sessão com o período de intervenção do público. ----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Não havendo intervenções por parte do público, passou-se à leitura da correspondência. De seguida deu-se início à ordem de trabalhos. -----

ORDEM DO DIA

PONTO PRIMEIRO

Correcção pontual de redacção do artigo 13.º dos Estatutos da Grande Área Metropolitana do Algarve;-----

Presidente da Assembleia - Foi remetida aos membros a alteração, do n.º 3 do art. 13.º dos Estatutos da Grande Área Metropolitana do Algarve, que passa a ter a seguinte redacção: *"A eleição faz-se pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros das assembleias municipais, eleitos directamente, mediante a apresentação de listas que não podem ter um número de candidatos efectivos superior ao previsto no número anterior. As listas, para além dos candidatos efectivos, devem indicar os candidatos suplentes em número não inferior a um terço, arredondado por excesso."* Esta alteração está a discussão.

Fernando Neves - Na verdade, a CDU quando levantou esta questão aqui, na anterior Assembleia, acaba por ter razão e concluiu-se isso. Na última Assembleia foi-nos entregue o projecto de Estatutos da Área Metropolitana e não foi aqui discutido. Estou a achar muito estranho, os Estatutos não terem vindo para serem discutidos. Sabemos também que, em outras Assembleias Municipais esse assunto foi à Ordem do Dia para ser discutido mas, em Albufeira, por estranho que pareça, nunca se falou nisso, apenas nos foram entregues. -----

Presidente da Assembleia - Em relação aos Estatutos, cabe-me dizer que, se não foi discutido foi porque os membros da Assembleia Municipal não quiseram suscitar discussão. Eles foram remetidos aquando da aprovação e portanto os membros tiveram liberdade completa de submeter à discussão o que bem entendessem. Se não houve mais discussão foi porque os senhores membros da Assembleia entenderam que não o deveriam fazer. Nunca coagi ninguém desta Assembleia, a não fazer a discussão que bem entendam, sobre os pontos aqui apreciados. -----

Fernando Neves - De facto, na ordem do dia, nunca veio mencionado esse problema para ser discutido, não houve ponto com os estatutos. -----

Presidente da Assembleia - Veio o ponto e os documentos, que estão sujeitos à discussão.---

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a votação o ponto. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: (0).-----

Abstencões: (0).-----

Votos a favor: (23) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Pedro Ferro; Aníbal Sousa; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Manuel Meirinho; Francisco Guerreiro; José Aboim; Fernando Gregório; Paulo Freitas e Fernando Neves. -----

Aprovada por unanimidade dos presentes. Não se encontrava presente o Sr. Adolfo Gregório. -----

PONTO SEGUNDO

Votação e eleição dos membros da Assembleia Metropolitana do Algarve; -----
Presidente da Assembleia - Pelo que foi solicitado pela AMAL, reunindo o consenso de todas as Assembleias Municipais, esta votação deverá estar terminada às 22.00h para ser comunicada a votação à mesma. Os membros irão votar e iremos aguardar até pouco antes das 22 horas para encerrarmos as urnas. Depois de distribuídos os boletins de voto, o 2.º secretário, procederá à chamada dos membros para a votação por escrutínio secreto. -----

A sessão é suspensa por 5 minutos. -----

Retomada a sessão, foi efectuada a abertura da urna e contados os votos. -----

Potenciais votantes: 21 votos. -----

Reais: 20 votos. -----

Lista A: 19 votos. -----

Lista B: 1 voto. -----

Nulos: 0 votos. -----

Seguidamente a votação foi participada à sede da AMAL. -----

PONTO TERCEIRO

Aprovação das actas das sessões, de 22/12/2003 com continuação em 08/01/2004 e de 26/02/2004; -----

Presidente da Assembleia - Procede-se à votação das actas em simultâneo. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: (0). -----

Abstenções: (1) Aníbal Sousa. -----

Votos a favor: (21) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Manuel Meirinho; Adolfo Gregório; José Aboim; Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Aprovada por maioria dos presentes. Não se encontravam presentes os sr.s Francisco Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Paulo Freitas. -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da Integração do Município de Albufeira na Agência de Promoção de Albufeira, nos termos da alínea l) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; --
Fernando Anastácio - Relativamente à proposta apresentada e viente que são conhecedores

do processo que está subjacente à gestão das verbas disponibilizadas pelo ICEP, no âmbito da promoção do Algarve e dentro daquele que é hoje o figurino e a estratégia do ICEP, no que se reporta aos meios financeiros para a Promoção do Turismo do Algarve. Já tendo sido nesta Assembleia Municipal debatido e deliberado, sobre a integração da Câmara Municipal de Albufeira, na Associação Turística do Algarve e cientes que neste projecto estão interessados os empresários de Albufeira, nas sub-comunidades de que a ATA, no plano de promoção, genericamente prevê para o Algarve e, considerando que há hoje, tanto a nível de Vilamoura como do Sotavento como do Arade, organizações de natureza regional para a gestão dos recursos afectos à promoção. Mas também cientes de que o problema não se esgota exclusivamente na mera utilização destes recursos e, não sendo esta associação exclusivamente a contribuir para o financiamento, permitindo reunir privados que pelo menos respondam há necessidade contratual de 25% do investimento na 1.ª Fase, mais tarde 50% e mais tarde 100%, ao longo de 3 anos, entendemos que, a promoção de Albufeira tanto na vertente externa, como inclusive na vertente interna, não se esgota no quadro do ICEP. Recordo que cabe aos autarcas terem a capacidade de aprender, de tirar as lições e de serem capazes com as experiências já vividas, saberem corrigir erros e perceberem onde é que se falhou, porque nós temos a obrigatoriedade de não errar muitas vezes. Estamos em 2004, em 1993 foi criada neste Município, a Associação de Promoção Turística de Albufeira, a qual, independentemente dos estatutos aqui apresentados, não tinha muita diferença em relação a esta. O enquadramento pode ser diferente do ponto de vista dos financiamentos, mas na altura tínhamos outros mecanismos, os chamados Planos de Promoção Conjunta, os quais também tinham a haver com a contratualização. Um dos nossos grandes erros, particularmente assumo isso, porque vivi esse processo e o Manuel José que está aqui enquanto Vereadores, e alguns de nós na Assembleia Municipal quando votamos essa matéria, foi precisamente o peso que o chamado poder político teve nessa associação. Recordo que a presidência cabia à Câmara Municipal, e a Direcção tinha mais 4 membros. Mas, obviamente a Câmara Municipal tendo a presidência, a associação funcionando na Câmara Municipal, queiramos nós ou não, estas questões marcam. Uma das razões porque a APTA não funcionou foi essencialmente porque não conseguiu passar ao lado dos problemas de natureza política e, portanto, acho que é um bom exercício, nós termos a capacidade de perceber que não devemos repetir os mesmos erros. Hoje temos aqui uma proposta de estatutos que, repete a presidência da Associação a caber à Câmara Municipal e acrescenta-lhe a vice-presidência, há ainda um maior afinamento de que havia no passado. O Partido Socialista está inteiramente de acordo que se faça a Associação de Promoção, apoiamos a integração da Câmara Municipal enquanto membro nessa associação, mas entendemos que não cabe à Câmara Municipal presidir à associação, mas sim, aos privados que vão ser responsáveis pela gestão privada. Cabe à Câmara Municipal definir aquilo que é a sua política de turismo, quais são os meios afectos e contratualizar com a Associação de Promoção de Albufeira, o seu apoio financeiro e os objectivos desse apoio e depois, fiscalizar e verificar a execução do contrato-programa. Nós apoiamos e votamos a favor da constituição e integração do Município de Albufeira, enquanto associado da ATA, mas gostávamos de apresentar uma proposta de alteração aos estatutos, particularmente ao seu art. 23.º, que consta da supressão dos n.ºs 2, 3 e 4, e da renumeração do n.º 5 a n.º 2 e do n.º 6 a n.º 3. Gostaríamos que se votasse nesta Assembleia, primeiro a deliberação de adesão, porque

obviamente, apesar de discordarmos dos estatutos, tal não inviabiliza no nosso entendimento de que esta associação é útil e que deve ser promovida. -----

Fernando Neves - Apresenta declaração de voto (Doc. 1).-----

C.D.U. - Coligação Democrática Unitária

DECLARAÇÃO DE VOTO

A C.D.U. considera a APAL - Agência de Promoção de Albufeira um perfeito clone da APTA- Associação para a Promoção Turística de Albufeira, em boa hora extinta, mas que durante a sua existência apenas absorveu milhares de contos da Câmara Municipal sem qualquer actividade promocional digna de registo.

A extinta APTA, criada do Partido Socialista foi um fiasco, e prevemos o mesmo destino para a APAL, pois os seus associados, (Hotelaria, Restauração e Vendedores e Comerciantes), sobrecarregados com impostos, contribuições, taxas e quotas diversas, deixaram, como fizeram com a Apta, de contribuir para a APAL, deixando apenas a C.M.A. a responsabilidade de suportar os encargos financeiros e de instalações.

Não compreendemos e portanto não aceitamos, que a C.M.A. peça um cheque em branco à Assembleia Municipal para a sua integração como membro fundador da APAL, não definindo qual o valor da quota e quota a suportar pelo Município, mas sim pedindo autorização para que seja ela, C.M.A. a votar uma verba a seu belo prazer.

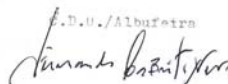
A C.M.A. dispõe de instalações e pessoal técnico em:

- Sector de Relações Públicas
- Sector de Turismo
- Sector de Animação Turística
- Sector de Apoio a Eventos

nelo que não se compreende a sua integração numa APAL com os mesmos objectivos, mas sem quaisquer meios, a menos que seja intenção da C.M.A. dispensar pessoal e meios técnicos e instalações além de verbas avultadas para garantir a existência da APAL.

Assim a C.D.U. - Coligação Democrática Unitária VOTA CONTRA a integração da C.M.A. na APAL- Agência de Promoção de Albufeira.

Albufeira, 26 de Abril de 2004

C.D.U./Albufeira


Presidente da Câmara - A nova estratégia do ICEP, permite que as associações tenham acesso a verbas para promoção externa. E como sabem, foi criada recentemente, no âmbito dessa estratégia a Associação de Turismo do Algarve e em função disso, aparecerem novas possibilidades de, além do Algarve e daquelas marcas que já estavam no terreno. Quando existiam os PPC's, o de Vilamoura, do Arade e outras, existe novas sub-marcas, que se prendem com regiões, Albufeira que tem um papel principal na promoção, não só de Albufeira, mas também do Algarve. E a partir do momento em que o Sotavento que ainda não estava organizado, se começou a organizar, Albufeira também se organizou. Tendo em conta esta nova forma de parcerias. A primeira reunião que foi feita aqui em Albufeira foi promovida pela Região do Turismo e já com a Associação de Turismo do Algarve organizada, onde foram convidados os empresários e a Câmara Municipal. Nessa reunião foram os empresários de Albufeira que entenderam e deixaram o desafio de a Câmara Municipal participar activamente numa Associação de Promoção de Albufeira, em função desse pedido, foi por mim redigido um convite à AHETA, à AISHA e à Região de Turismo, para uma reunião aqui no Salão Nobre no dia 8 de Janeiro. Nessa mesma reunião onde estavam presentes elementos da hotelaria, restauração, comércio, agência de viagens, rent-a-cars, supermercados, e depois de ser explicada esta nova estratégia, houve um empresário de Albufeira, bastante conhecido, que entendia que a Câmara porque tem tido um papel preponderante, tem feito dinamização e promoção, que era a que estava em melhor condição para numa comissão instaladora, criar as condições logísticas para a organização e constituição desta associação. Eu, na qualidade de Presidente da Câmara e porque foi essa a

vontade dos empresários, sugeri que fossem indicados para uma comissão instaladora, para organizar todo esse processo, empresários dos vários ramos. Nessa comissão estiveram 2 elementos da AISHA, 2 elementos da AHETA, 2 elementos da ACRAL, 1 de uma Agência de Viagens e 1 de uma Rent-A-Car, onde a Câmara Municipal deu todo o apoio logístico, para que o processo avançasse e onde foram preparados estatutos e outros elementos. Logo no início foi elaborada uma carta para que a ATA defendesse junto do ICEP, a submarca Albufeira como uma marca posterior a ser aceite, após a criação desta agência e depois na contratualização, junto do ICEP de uma verba destinada a Albufeira. Houve outra reunião em Março, onde foram apresentados os estatutos, depois de serem muito bem trabalhados pelos empresários. E numa última reunião, este projecto de estatutos foi aceite por unanimidade dos empresários. A Câmara Municipal tem esse papel porque foi solicitado por elementos que fizeram parte deste processo inicial. Em relação às instalações serem na Câmara Municipal, eu também não sou defensor dessa apologia, mas neste momento não havia nenhum local, nem particular disponível para acolher a sede da associação. Depois de criadas todas as condições, a própria agência criará um sítio fora da Câmara Municipal. A Câmara pode entrar como sócia-fundadora da agência. As verbas da Câmara nunca podem entrar para a promoção externa porque só entra para a promoção externa as verbas dos empresários e as que vêm do ICEP, que são correspondentes às verbas dos empresários. E por outro lado, depois do Plano de Actividades definido e estruturado, a Câmara Municipal pode contratualizar com a agência eventos que possam servir para a promoção interna. Esta é a filosofia da nova estratégia. O que está aqui em causa, é um processo de celeridade para que as verbas sejam deferidas para Albufeira. A Câmara Municipal não está em maioria, dos 5 elementos tem 2. Todas as Câmaras do Algarve, quer o Sotavento, quer o Barlavento, estão inseridas nas áreas e nas submarcas.-----

Francisco Calhau - Eu penso que o problema só se põe em Albufeira desta maneira, por termos passado por uma má experiência, já referida, que nos condiciona em certa medida, levando-nos a ponderar os prós e os contras de uma eventual decisão sobre esta matéria. Evidentemente que, qualquer consequência peca por fundo para o concelho e contra a vontade dos próprios empresários que também viveram essa má experiência e voltam a querer uma nova experiência com outros moldes. Eu diria que, estamos numa situação que teremos de pesar, eventualmente que, não iremos cometer os mesmos erros, embora possamos aprovar um modelo semelhante. Também coloco a questão: é obrigatório a Câmara Municipal ter que assumir o papel de presidência? -----

Presidente da Câmara - Esta associação faz-se na mesma sem a participação da Câmara Municipal. Desta vez, foram os empresários que solicitaram que a Câmara participasse activamente. Numa reunião, no Salão Nobre, onde estavam presentes mais ou menos 70 pessoas, e perante os estatutos em que a Câmara teria uma participação ainda maior, eu a rejeitei. Se decidirem retirar esta participação da Câmara Municipal, irá novamente aos empresários para que decidam se querem ou não. -----

Fernando Anastácio - Nós entendemos que a Câmara deve ser associada da associação. Até não pomos qualquer reserva, se for esse o desígnio dos associados da Associação, porque era vontade expressa dentro da associação, que deliberem no sentido de que a Câmara Municipal presida. O que nós não concordamos é que à cabeça, estatutariamente, fique marcado que a presidência da direcção e a vice-presidência tenham de ser necessariamente

da Câmara. Não me repugna, que os empresários, numa deliberação, entendam que a Câmara presida. Compreendo a posição dos empresários, quando se visa chamar muita gente. Noutros sítios, por exemplo no Arade e em Vilamoura, a questão já não é assim, enquanto aqui se quer agregar muita gente, em Vilamoura têm meia dúzia e já não querem mais. Nem em todas estas associações que estão a ser criadas, as Câmaras Municipais estão lá. Não é o facto de a Câmara Municipal estar a presidir a associação que condiciona o acesso às verbas da promoção externa. Até porque há o entendimento que, a verba da Câmara não é capital privado e não conta para alavancar o capital público. Ou os privados tem de financiar para terem a participação neste 1.º ano, de pelo menos 25% do investimento, ou não há dinheiro do ICEP. Temos a obrigação de aprender com as coisas, se a filosofia é contratualizar, se é fazer a promoção baseada na gestão privada, acham que tem futuro, as deliberações tomadas numa associação em confronto com a Câmara Municipal? Eu sinceramente acho que não. É muito mais razoável a Câmara ter um plano, propor um contrato-programa a celebrar com a associação, no qual defina os objectivos, defina as verbas que afecta para e que depois, enquanto associada, verifique a execução e faça o juízo da gestão. Por isso, nós começamos por dizer que estamos contra a proposta sem discordar com o que o Sr. Presidente disse. Nós estamos a dizer é que achamos que se deve construir a associação e que apoiamos a sua constituição, entendemos que a Câmara deve ser membro da associação, mas não deve contar dos estatutos, que cabe à Câmara, a presidência e a vice-presidência. A nossa proposta vai nesse sentido. Eu fui presidente da APTA, em nome da Câmara Municipal, a experiência diz-me que este documento não tem muita diferença, do ponto de vista estatutário. Pode correr tudo bem, até admito que sim, mas pode não correr e é isso que temos de acautelar.-----

Fernando Cabrita - Eu penso que esta presença obrigatória, compulsiva, da Câmara, tendo o direito de obrigatoriedade de comportar como presidente os órgãos da presidência e vice-presidência, parece que, efectivamente, não traz ainda um certo processo de maturidade à evolução destas associações. Parece que há um certo paternalismo e ao mesmo tempo envolve-se imperativamente a Câmara e deixa-se a responsabilidade sobretudo à Câmara, porque liderando sempre obrigatoriamente a Câmara a presidência e a vice-presidência, os outros sentem-se menos vinculados até a cumprir as suas obrigações, pensam que a Câmara conduzirá, sempre, obrigatoriamente os seus destinos. E quando haja uma apatia ou falta de dinamismo, ou uma falta de programa, ou a dinâmica necessária para que esta associação prossiga e obtenha a realização dos seus objectivos, eu penso que, haverá uma tendência para deixar andar, pegando naquilo que lhes deram na Câmara e que os dois lugares máximos, um até com voto de qualidade. Portanto, há aqui uma certa tendência para que, em períodos menos bons, esta associação prossiga, em abandonar isto à Câmara e a Câmara ficará com o menino nos braços. Eu penso que, se houver igualdade, sem que a Câmara alguma vez se demita das suas responsabilidades e do controlo e até podendo fazer um protocolo com as suas exigências e condicionando até esse outro mecanismo, a concessão das verbas ou até deixando para um futuro para ver como funciona, e aí estando mais ou menos apta a querer contribuir com os meios com que possa reger esta sociedade, é capaz de transferir alguma cota parte dessa responsabilidade para os outros elementos. Deve haver aqui uma espontaneidade e deixar um pouco ao critério da capacidade dos empresários e outras forças conduzirem isto. Talvez assim, não evolua como da outra vez sucedeu, em que houve

interesse em derrubar a associação, que se mostrou muita polémica, e os empresários no final estavam um pouco desiludidos. Achou-se que se tinha politizado demasiado o projecto.-
Francisco Calhau - Sem querer entrar em discussão dos pormenores, nós entendemos que, seria mais simples que a questão da obrigatoriedade fosse eliminada. A Câmara assume o lugar, se entender que o deve assumir, não deve ficar obrigada a assumi-lo. Achamos que devemos discutir este artigo melhor, para não estarmos aqui a entrar na questão em que, o PS apresenta assim e o PSD apresenta assim. Interessa mais ir para uma solução de compromisso, que possa dar a volta ao processo, mas sem atrasos. -----

Fernando Anastácio - A nossa proposta é simplesmente, eliminar do texto a obrigatoriedade. É evidente se os associados quiserem a Câmara poderá assumir, nesta 1.ª fase, a presidência da associação, cabe a eles decidir. A nossa sugestão é simplesmente suprimir esta objecção, a partir daí os estatutos são os mesmos. -----

Vítor Vieira - Estes estatutos saíram de um consenso da comissão instaladora, não foi dos autarcas que estão aqui. -----

Fernando Anastácio - Não duvido disso. Também já falei com empresários que acham que a Câmara deve estar envolvida, mas não acham essencial que esteja nos estatutos, a presidência da Câmara, nomeadamente pessoas da AHETA. -----

Adriano Ferrão - A Câmara eventualmente poderia estar presente na direcção da APAL, mas não com a posição obrigatória na direcção como está definido no projecto. Sendo assim, seria um canal de comunicação entre a Câmara e a APAL nos projectos de promoção, daí os projectos que existem, os da Câmara e os da APAL não podiam colidir porque havia um conhecimento correcto, mediante os projectos da promoção. -----

Fernando Cabrita - É o que se chama uma posição ecléctica. É que efectivamente, se a presidência é dada à Câmara, e esta não a quer, dá a ideia que se demite da responsabilidade. Eu penso que é melhor atribuir estatuto de igualdade. -----

Neste momento suspende-se a sessão por 5 minutos.-----

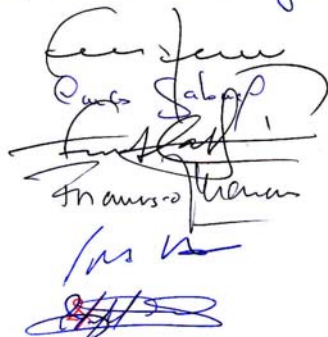
Foi retomada a sessão às 22.50h. -----


Francisco Calhau - A proposta conjunta que nós estamos a apresentar tem a haver com um artigo estatutário e tem a haver com todas as questões que nós discutimos aqui, relativamente ao passado e ao abrigo da obrigatoriedade de aparecer estatutariamente. Não está em causa a participação do Sr. Presidente da Câmara e do Órgão Câmara, se bem entender, e se for esse o interesse dos associados, nesta associação. Entendemos que não tem de dizer que: obrigatoriamente "tal tem se de verificar", contra eventualmente a vontade dominante do Presidente da Câmara. Apenas somos contra a obrigatoriedade nestes estatutos. (Doc. 2) -----

proposta de alteração estatutos (doc. 2) 
PSD PS.

Art. 23º

- Retirar ponto 2 e 3
- Alterar no ponto 4 e eliminar as palavras "restantes" e do "sector privado"
- Remover o artigo.



 22.04.2004

Presidente da Assembleia - Não havendo mais intervenções passa-se à votação, em primeiro da proposta da Câmara Municipal e seguidamente a proposta de alteração dos estatutos. ----

VOTAÇÃO: Proposta da Câmara Municipal -----

Votos contra: (1) Fernando Neves. -----

Abstencões: (0). -----

Votos a favor: (23) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Pedro Ferro; Aníbal Sousa; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Manuel Meirinho; Adolfo Gregório; Fernando Gregório e Paulo Freitas. -----

Aprovada por maioria dos presentes. Não se encontrava presente o sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro. -----

VOTAÇÃO: Proposta de Alteração Conjunta -----

Votos contra: (0). -----

Abstencões: (6) Carlos Silva e Sousa; José Sequeira; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas e Fernando Neves. -----

Votos a favor: (18) Francisco Calhau; Carlos Gabriel; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Pedro Ferro; Aníbal Sousa; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Manuel Meirinho; Adolfo Gregório; José Aboim e Fernando Gregório. -----

Aprovada por maioria dos presentes. Não se encontrava presente o sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro. -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Concurso Público para Prestação de Serviços de Seguros pelo Período de 4 anos, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do Art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho; -----

Fernando Anastácio - Pergunto se, a razão do surgimento desta contratação resulta do término da outra? -----

Presidente da Câmara - Sim, faz parte dos procedimentos normais.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a votação o ponto. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (0).-----

Votos a favor: (24) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Pedro Ferro; Aníbal Sousa; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Manuel Meirinho; Adolfo Gregório; Francisco Guerreiro; José Aboim; Fernando Gregório; Paulo Freitas e Fernando Neves.-----

Aprovado por unanimidade. -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Concurso Público para Fornecimento de Equipamento de Iluminação de Natal em Regime de Aluguer, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do Art. 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho. -----

Fernando Neves - É apenas para reforçar a posição da CDU, em relação à contenção de verbas, nomeadamente na iluminação. Estamos em fase de contenção a nível nacional, logo deveria haver uma moderação também neste tipo de iluminação. Não estamos contra mas, deveria haver contenção nos gastos. -----

Fernando Anastácio - A questão da iluminação, insere-se naquilo que é a valorização da cidade num período muito particular que é o Final do Ano e Natal. É óbvio que as preocupações com economia devem estar sempre presentes. Não consigo perceber, a Bancada do Partido Socialista tem alguma dificuldade em perceber e penso que nesta Assembleia ninguém perceberá sem qualquer juízo de menos valor que se faça relativamente a esta matéria, que o executivo não tenha um único membro no júri que aprecia o concurso, são essencialmente técnicos, os membros do júri. Nós sabemos que os técnicos são extremamente competentes e fazem um esforço muito grande mas, ao poder político cabe alguma responsabilidade nesta matéria. Fazemos uma proposta de alteração da constituição do júri, por forma que o mesmo seja presidido por um membro do executivo municipal. (Doc. 3)-----

PROPOSTA (doc. 3) 2.

A Banca e Junta Freguesia
entende que o fim de concurso
foi efectuar o redeenho do pro-
cedimento de escolha de licitante
e os meios de avaliar, de
fora de fora, for fora e for
o mesmo foi possível for um
bom do mesmo trabalho
e indicar foi. Com. Com.

Offício. 26 Abril de 2004

L.P. Banca e PS.

Fernando Cabrita



Fernando Cabrita - Quanto ao fogo de artifício sou mais exigente. Claro que tem de haver contenção, caso concreto, acho que se tem feito um esforço. Sei que as Freguesias têm beneficiado. Normalmente dava-se mais atenção à cidade e às Freguesias quase não beneficiavam. Vejo aqui 4 engenheiros, é certo que se discute energia eléctrica mas, há o aspecto estético, porque não entra um arquitecto? Acho que poderia dar o seu contributo. É que o art. 4.º diz: "A adjudicação é feita sobre o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes factores, em ordem decrescente de importância: a) características estéticas 50%, características técnicas 30%, preço mais baixo 20%." Ao ler a composição do júri, entende-se que também deverá, até por esta forma, dar-se predominância à parte estética, sem prejuízo dos engenheiros que fazem parte do júri sejam insensíveis à parte estética, não ficaria mal estar aqui presente um arquitecto. Apresenta proposta (Doc. 4). -----

(doc. 4) *hj*PROPOSTA

Considerando que o art. 45
do Programa de metas públicas
refere-se, de acordo com o tratado em vigor,
de acordo, por ordem decrescente as
características elétricas (50%), 3
características técnicas (30%), e o
preço mais baixo (20%).
Depois de se fazer parte de
um ^{de acordo} também um ^{anexo} ^{anexo},
até pelo facto de ser ^{anexo}
um número ^{anexo} relevante de
enfermeiros, de ^{anexo} ^{anexo} ^{anexo}
destes. Act. bancada de 15

Albufeira, 26 de Maio de
2004

Presidente da Assembleia - Não havendo mais intervenções passa-se à votação, em primeiro da proposta da Câmara Municipal e seguidamente as duas propostas de alteração.-----

VOTAÇÃO: Proposta da Câmara Municipal -----

Votos contra: (0) -----

Abstenções: (1) Fernando Neves.-----

Votos a favor: (23) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Pedro Ferro; Aníbal Sousa; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Manuel Meirinho; Adolfo Gregório; Francisco Guerreiro; José Aboim; Fernando Gregório e Paulo Freitas.-----

Aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO: 1.ª Proposta de Alteração -----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (1) Paulo Freitas.-----

Votos a favor: (23) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Pedro Ferro; Aníbal Sousa; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Manuel Meirinho; Adolfo Gregório; Francisco Guerreiro; José Aboim; Fernando Gregório e Fernando Neves.-----

Aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO: 2.ª Proposta de Alteração -----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (2) Carlos Quintino e Paulo Freitas.-----
Votos a favor: (22) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Pedro Ferro; Aníbal Sousa; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Manuel Meirinho; Adolfo Gregório; Francisco Guerreiro; José Aboim; Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade, a minuta das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Esgotada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:15 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 27 de Abril de 2004 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

